

## **COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

### **REQUERIMENTO N°...../2007**

(Do Sr. Walter Pinheiro)

Requer a realização de audiência pública para discutir os termos da alteração do PGMU que permite a troca de PST's por infra-estrutura de acesso à Internet

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno, requiero a Vossa Excelência seja realizada reunião de Audiência Pública para discutir os termos da alteração do PGMU (Plano Geral de Metas de Universalização) que permite a troca de PST's (Postos de Serviços de Telecomunicações ) por infra-estrutura de acesso à internet banda larga com a presença do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa, do Presidente da ANATEL, Embaixador Ronaldo Mota Sardemberg, do Presidente da ABRAFIX (entidade representante das empresas de telefonia fixa) Sr. José Fernandes Pauletti, do representante do terceiro setor no Comitê Gestor da Internet Brasil (Cgi-Br) Gustavo Gindre e do Coordenador do GCOM/UnB (Grupo de Estudos do Setor de Telecomunicações da Universidade de Brasília) Murilo Ramos.

### **JUSTIFICATIVA**

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou em 6 de Novembro de 2007 as regras para a implementação do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) do STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) prestados na modalidade pública. Por meio da nova proposta de plano a agência possibilitou a troca dos compromissos assumidos pelas empresas na assinatura dos contratos de concessão e que prevê a instalação de 8.461 Postos de Serviços de Telecomunicações (PST), pela instalação de infra-estrutura para abastecer 3.570 pequenos municípios com acesso à Internet banda larga, até 2010.

As novas regras aprovadas serão submetidas à consulta pública e após a análise do Conselho Consultivo da ANATEL, a agência deve encaminhar uma proposta final ao Ministério das Comunicações.

As bases econômico-financeiras e os condicionamentos propostos pela ANATEL para a troca dos compromissos contratuais das “incumbents” devem ser analisados à

luz dos interesses da sociedade brasileira ainda que em primeira análise tais alterações se constituíam em importantes ganhos para o desenvolvimento da sociedade brasileira por meio da interiorização do acesso à Internet e conseqüente incremento no processo de inclusão digital.

Sala da Comissão em      de novembro de 2007

**Deputado Walter Pinheiro**  
**PT-BA**